



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA DÉCIMA QUARTA (14ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho.

Aos nove dias do mês de maio, do ano dois mil e dezesseis, realizou-se, na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, a Décima Quarta (14ª) Sessão Ordinária do Quarto (4º) Ano da Décima Sexta (16ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 05 de maio de 2016. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e se constatando haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106, da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Ary Augusto Reis de Macedo (01), Benedito José do Couto (02), Cinoê Duzo (03), Daniel Gasparini dos Santos (04), Dayane Amaro Costa (05), João Antônio Pires Gonçalves (06), Jorge Setoguchi (07), Laércio Rocha Pires (08), Leonardo David Zaniboni (09), Luís Roberto Tavares (10), Luiz Antônio Guarnieri (11), Luzia Cristina Côrtes Nogueira (12), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (13), Marcos Bento Alves de Godoy (14), Maria Helena Scudeler de Barros (15), Osvaldo Aparecido Quaglio (16) e Waldemar Marcurio Filho (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas na Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Único, do Artigo 106, da citada Resolução, convidou a Vereadora Dayane Amaro Costa, para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Sr. Presidente deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Balancete da Receita e Despesa da Câmara de Mogi Mirim, “referente ao mês de abril de 2016”; (ao exame da Comissão de Finanças e Orçamento). Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa):

Requerimento Nº 178/2016 - Assunto: REQUEIRO À SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO INFORMAÇÕES SOBRE A QUANTIDADE DE VACINAS QUE A CIDADE OBTEVE NA CAMPANHA H1N1 E QUAL A QUANTIDADE SE FAZ NECESSÁRIA PARA REALIZAR O TÉRMINO DA MESMA. Autoria: DAYANE AMARO COSTA.

Requerimento Nº 179/2016 - Assunto: seja oficiado ao Sr. Prefeito bem como a COMISSÃO INTERSETORIAL MUNICIPAL para prestar informações sobre o PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DA CRIANÇA e do ADOLESCENTE. Autoria: WALDEMAR MARCURIO FILHO.

Requerimento Nº 180/2016 - Assunto: solicita ao Excelentíssimo Senhor Prefeito e a autoridade de trânsito, para se seja procedido estudos sobre a possibilidade de ISENTAR o pagamento da ZONA AZUL, em todas as SEGUNDAS-FEIRA a partir das 17 horas, na rua Doutor José Alves, nas proximidades da Câmara Municipal, quando ocorre a Reunião de Vereadores na SALA DAS SESSÕES “VEREADOR SANTO RÓTOLLI”. Autoria: WALDEMAR MARCURIO FILHO.

Requerimento Nº 181/2016 - Assunto: Requer ao Senhor Prefeito Municipal, através de sua Secretária Competente, informações e estudos de viabilidade, para que sejam colocadas placas de sinalização vertical de estreitamento de pista, anterior as rotatórias nas avenidas do município. Autoria: DANIEL GASPARINI DOS SANTOS.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Requerimento Nº 182/2016 - Assunto: REQUER AO EXCELENTÍSSIMO DOUTOR JUÍZ DA 75 ZONA ELEITORAL DA COMARCA DE MOGI MIRM, QUE SEJA INVESTIGADO AS TRANSFERÊNCIAS DE TITULO ELEITORAL NOS ÚLTIMOS DOIS MESES, COM COMPROVAÇÃO DE ENDEREÇOS FORNECIDOS PELOS ELEITORES. Aatoria: MARCOS BENTO ALVES DE GODOY. Requerimento Nº 183/2016 - Assunto: REQUEIRO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUÍS GUSTAVO ANTUNES STUPP E A SECRETARIA COMPETENTE, INFORMAÇÕES REFERENTES A PROJETOS DE INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, EM RUA PARALELA À SP-340, EM FRENTE ÀS EMPRESAS MORECAP RENOVADORA DE PNEUS, A. ALVES CAMINHÕES E GALLO PNEUS. Aatoria: JORGE SETOGUCHI. Requerimento Nº 184/2016 - Assunto: Venho através deste requerimento, solicitar ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, informações e providências junto a Secretaria competente, visando o auto grau de risco a saúde, reconhecimento e valorização salarial dos funcionários, que fazem a pintura de solo na cidade, inclusive, concedendo benefícios, como insalubridade. Aatoria: LAÉRCIO ROCHA PIRES. Requerimento Nº 185/2016 - Assunto: SOLICITO À DIREÇÃO DA ELEKTRO A POSSIBILIDADE DE FAZER INSTALAÇÃO DE POSTES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, NAS RUAS DA CHÁCARA SÃO MARCELO, ONDE EM ALGUMAS RUAS NÃO HÁ ILUMINAÇÃO PÚBLICA, E VEM CAUSANDO A INSEGURANÇA AOS MORADORES DO LOCAL. Aatoria: LAÉRCIO ROCHA PIRES. Requerimento Nº 186/2016 - Assunto: Requeiro informações sobre o Concurso – Sustentabilidade na Prática. Aatoria: LUZIA CRISTINA CÔRTEZ NOGUEIRA. Requerimento Nº 187/2016 - Assunto: REITERO A INDICAÇÃO 400/2015 QUE SOLICITAVA À SECRETARIA RESPONSÁVEL QUE REALIZE CONSTRUÇÃO DE CANALETA NA RUA LUIZ GONZAGA JUNIOR, NO JARDIM LINDA CHAIB. Aatoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Requerimento Nº 188/2016 -



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Assunto: REQUEIRO ESTUDOS PARA REALIZAR RECUPERAÇÃO DE NASCENTE LOCALIZADA AS MARGENS DA RODOVIA ÉZIO MARIOTONI NAS PROXIMIDADES DO PESQUEIRO. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Requerimento Nº 189/2016 -

Assunto: REQUEIRO A EMPRESA ELEKTRO QUE REALIZE SUBSTITUIÇÃO EM POSTES LOCALIZADOS NA AVENIDA ARIIVALDO SILVEIRA FRANCO, NAS PROXIMIDADES DA FATEC ARTHUR DE AZEVEDO. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: Indicação Nº 344/2016 - Assunto: Solicita ao Senhor Prefeito Municipal, que através de sua Secretária competente, atuação do serviço “Tapa Buraco”, na Avenida Pedro Botesi, esquina com a Rua Fermino Dias Lacerda, Bairro do Tucura, diante de inúmeras reclamações feitas pelos munícipes moradores da região. Autoria: DANIEL GASPARINI DOS SANTOS. Indicação Nº 345/2016 - Assunto: Solicita ao Senhor Prefeito Municipal, que através de sua Secretária competente, atuação do serviço “Tapa Buraco”, na Rua Antônio Pinto, Jardim Tropical, diante de inúmeras reclamações feitas pelos munícipes moradores da região. Autoria: DANIEL GASPARINI DOS SANTOS. Indicação Nº 346/2016 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA RUA JOÕES-DE-BARRO, LOCALIZADA NO BAIRRO CHÁCARAS SÃO FRANCISCO. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 347/2016 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP, ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA RUA DOS SANHAÇOS, LOCALIZADA NO BAIRRO CHÁCARAS SÃO FRANCISCO. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

348/2016 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA RUA DAS JURITIS, LOCALIZADA NO BAIRRO CHÁCARAS SÃO FRANCISCO. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 349/2016 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP ATRAVÉS DO SAAE – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – IMEDIATA MANUTENÇÃO NO VAZAMENTO EXISTENTE NA RUA RACHID ELIAS AJUD, LOCALIZADA NO BAIRRO GETÚLIO VARGAS. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 350/2016 - Assunto: Solicito ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, através de sua Secretaria de Obras, Planejamento e Serviços: providências urgentes para sanar os problemas de escoamento de água na Rua Benedito Martinho de Araújo, próximo ao número 133, Bairro Jardim Primavera. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Indicação Nº 351/2016 - Assunto: INDICO AO PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP, QUE JUNTO À SECRETARIA DE OBRAS, REALIZE A RECUPERAÇÃO DA PONTE EXISTENTE EM FRENTE AO NÚMERO 461, NA AVENIDA LUIS GONZAGA DE AMOÊDO CAMPOS. Autoria: CINOÊ DUZO. Indicação Nº 352/2016 - Assunto: Solicito ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, através da Secretária de Obras, Planejamento e Serviços, estudos e providências para viabilizar a pavimentação com asfaltamento da Rua Ema Frederichi Garros e demais ruas, que ainda não possuem asfalto, no Bairro Chácaras São Marcelo. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Indicação Nº 353/2016 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, em conjunto com a Secretaria de Obras, Habitação e Serviços: providências para instalação de “Bocas de Lobo”, na Rua Benedito Martinho de Araújo, Bairro Jardim Primavera, visando o escoamento de águas pluviais no local.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Indicação Nº 354/2016 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal em conjunto com a Secretaria de Obras, Habitação e Serviço: providências para viabilizar a troca de lâmpada queimada no poste de esquina localizado na Rua Joaquim Firmino, em frente ao nº 295, Centro, em frente a lateral da Pizzaria Treviso. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Indicação Nº 355/2016 - Assunto: Solicito ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, através da Secretaria de Obras, Planejamento e Serviços/Gerência de Limpeza Pública: providências urgentes para retirada de entulhos nas calçadas na Rua Gastão Pinho de Oliveira e adjacências, no Bairro Parque Real. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Indicação Nº 356/2016 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO DA RUA PARAÍBA, LOCALIZADA NO BAIRRO SAÚDE. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 357/2016 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, REALIZE OPERAÇÃO TAPA BURACOS NA RUA DO ROSÁRIO, NO CENTRO. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 358/2016 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, REALIZE LIMPEZA DA ÁREA VERDE LOCALIZADA NA RUA PADRE JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA BRASEIROS EM FRENTE AOS CONDOMÍNIOS NO JARDIM LINDA CHAIB. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa): Moção Nº 39/2016 - Assunto: MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS COM O GRÊMIO ESPORTIVO POMBAL PELO TÍTULO DO CAMPEONATO RURAL DE 2016 CONQUISTADO DE



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

FORMA INVICTA. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Moção Nº 40/2016 - Assunto: MOÇÃO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SENHOR PAULO CESAR GUERREIRO, "XEXA" OCORRIDO DIA 02 DE MAIO DE 2016. Autoria: MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS. Moção Nº 41/2016 - Assunto: MOÇÃO DE APOIO ÀS REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES DO CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA (CEETEPS). Autoria: DAYANE AMARO COSTA. Não havendo mais proposituras, ou quaisquer outros documentos, para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. Inicialmente, fez uso da palavra o Vereador Luís Roberto Tavares. “Estive na Secretaria de Obras, não pude esperar pela sessão de hoje, fiz ofício e encaminhei, passando, uma a uma, as lâmpadas apagadas na zona leste. O Mogi Mirim II tem doze lâmpadas apagadas; a Vila Dias tem quatorze lâmpadas, o Jardim Europa tem três e o Jardim Conquista tem uma lâmpada. Todas, com endereço e número. Algumas lâmpadas, no Jardim do lago, que às vezes funcionam, às vezes não. A Praça Chico Mendes também, está horrível. Reclamei para o Secretário e ele falou, que estava mandando a equipe, naquela hora, para a Praça Chico Mendes, que estaria resolvido, mas, à noite, conversando com os munícipes, percebemos que as lâmpadas ascendem e, quando esquentam, apagam. Depois reacendem. Então, foi feita nova ordem de serviço, para a Praça Chico Mendes. Amanhã checarei isto, para saber se foi resolvido, definitivamente. Estamos aguardando. Passei à secretaria outros pontos também, tais como, a Rua Conde Álvares Penteado, próximo às escolas, e Túnel Mario Covas. Falando em escola, vou fazer um requerimento, pedindo melhorias na iluminação, em todas as escolas estaduais, as quais tenham aulas noturnas. A escola Valério Strang tem, mas, mesmo com as lâmpadas funcionando, o local é escuro e inseguro. Ainda, por requerimento, solicitei a substituição de postes, na Avenida



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Ariovaldo Siqueira Franco, danificados há vários dias. Alguém ateou fogo e o fogo pegou, em dois postes e eles estão presos pelo fio. Estou solicitando urgência, para este serviço. Nas Chácaras Ypê, o mesmo problema, o poste está tombado. A Defesa Civil foi parceira, porque a Elektro não tomava atitude. Fizemos o requerimento e vamos passar uma cópia deste à Defesa Civil, para providências e soluções. Outra coisa importante, nesta semana, é que fui chamado pelos moradores da Rodovia Élzio Mariotoni, próximo ao condomínio. Uma nascente surgiu, ao lado da rodovia. Fomos ao setor do Meio Ambiente, checamos a nascente. Fizemos pedido da recuperação, para que o proprietário do canal faça a recuperação da nascente, caso contrário, a prefeitura irá acioná-lo, para recuperação. É importante a recuperação. Só em épocas de seca, as pessoas têm a percepção, a conscientização, que é importante”, comentou. O próximo orador foi o Vereador Luiz Antonio Guarnieri. “Na última quinta-feira, realizamos uma reunião, na zona rural, acompanhamento da visita de vereadores à Secretaria de Segurança. Estiveram presentes os vereadores Cinoê, Palomino; o Capitão Cavalheiro; Mello, da GCM; Vereador Jorge Setoguchi, do CONSEG; o vice-prefeito Gerson Rossi, inúmeros moradores da zona rural e este orador. Dá gosto de participar de reuniões, na zona rural, onde a presença é maciça, haja vista o problema de insegurança, pelo qual passam, que é muito grande, e é importante a participação de todos. O Vereador Palomino comentou que temos que ir em busca de uma patrulha rural, junto aos governos estadual e municipal, para propiciar maior segurança e tranquilidade aos moradores da zona rural. A cada dia, um novo problema, ora uma nova família refém, ora assaltos, está se tornando constante. Após conseguirmos a viatura, para a patrulha rural, lutaremos junto ao prefeito e à Guarda Civil Municipal – GCM, por membros, que conheçam a zona rural, para fazer o patrulhamento e acompanhamento. E outros assuntos foram comentados. Como ter o conhecimento do seu vizinho, o telefone dele; montar um grupo de WhatsApp, na zona rural,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

e, evidentemente, um contato mais próximo, com a Guarda Civil Municipal e com a Polícia Militar, para que estas, possam acompanhar os problemas que estão acontecendo, como, por exemplo, o trânsito de uma pessoa desconhecida. O vice-prefeito Gérson comentou sobre as placas de identificação dos sítios, a cargo dos proprietários, e placas da prefeitura, para identificação das estradas rurais, que são as MMRs. Agendaram uma reunião, para hoje, para acerto do padrão das placas, tamanho etc., para que o processo não precise parar, para que tenha continuidade o trabalho de segurança. Mesmo, que pouca coisa seja feita, quem sabe, aqui, com dois, ou três pré-candidatos a prefeito, Osvaldo Quaglio, Maria Helena Scudeler e Marquinhos da Farmácia, possa-se dar continuidade ao processo para a segurança, na zona rural. Completando, outro assunto, não menos importante, o Projeto Lei Complementar nº 6/2016, que será votado hoje, sobre adequação salarial. Eu melhor diria, correção dos advogados, um problema que vem desde há anos e, hoje, teremos a oportunidade de resolver o assunto, vez por todas. Quem trabalha quatro horas, ganha cem; quem trabalha oito horas deveria ganhar o dobro, mas não é assim. Trata-se de uma correção, no salário dos advogados, que trabalham oito horas, na carga horária. Vereadora Maria Helena, da Comissão de Finanças e Orçamento, irá explicar também. Virá à votação. Conclamo à votação e que possamos resolver este assunto, vez por todas, pois há muito tempo esses funcionários estão pleiteando a solução”, narrou. A próxima oradora foi a Vereadora Luzia C. C. Nogueira. “Inicialmente, quero explicar o meu requerimento, solicitando informações sobre o concurso Sustentabilidade na Prática. É um concurso implantado na área da educação. Ano passado, a escola vencedora recebeu vinte mil reais. Neste ano, a Escola Sinhazinha deveria ter recebido vinte mil reais. O projeto foi uma horta, na área da escola, incentivada e acompanhada pelos pais. Os pais nos procuraram, porque não se conformam. Até agora, o dinheiro não apareceu e não houve preocupação, por parte da administração, em ir ao local, para justificar. O



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

dinheiro era esperado, para sanar alguns problemas, tais como, cobertura de área externa, melhoria na situação dos filhos, na escola. O dinheiro não veio. Como foi prometido e os alunos, realmente, se empenharam, nada mais justo, do que a cobrança. Nós esperamos, que a administração, através da Secretaria de Educação, esteja presente na escola. Eles ganharam e não levaram. É injusto. Espero que a Secretaria da Educação venha a público, e Márcia Masotti, que bolou o concurso, que ela venha a público e informe o que está ocorrendo. Para que a escola não fique com este dissabor. Outra coisa. Eu pedi que nos mandassem a cópia de dois pregões. E não foram enviadas. Pedimos, para que a Presidência da Câmara fizesse a cobrança, também não veio. Nova cobrança e pasmem! A resposta foi a de que os processos sumiram. Aí tem! Como processos, que entraram no gabinete, sumiram? Ao final, colocaram, que estão tomando providências, para apontar culpados. Vão arrumar culpados, como fizeram com aqueles três funcionários, envolvidos na Máfia do ISS. Na mesma linha. Eu espero, que os processos apareçam e que não se prove nada neles”, explicou. O Presidente da Câmara, Vereador João Antonio Pires Gonçalves, disse que havia tomado as providências e obtivera a mesma resposta, que a vereadora, ou seja, a de que o processo havia sumido do gabinete do prefeito. Como os próximos inscritos, Vereadores Manoel E. P. C. Palomino, Marcos B. A. Godoy, Maria Helena S. de Barros, Osvaldo Aparecido Quaglio, Waldemar Marcurio Filho, Ary Augusto Reis de Macedo e Benedito José do Couto, desistissem da palavra, ocupou lugar, na Tribuna, o Vereador Cinoê Duzo. “Venho abordar assunto do horroroso Jornal Oficial de Mogi Mirim, que serve para nada, neste desgoverno. Chamou-me à atenção o concurso público, últimos dias para se inscrever, merendeiras e analista de informação. Se a prefeitura diz que não tem dinheiro, para nada, para projeto algum, como vai realizar o concurso? Será verdade, me perguntaram. Respondi, que não confio no moleque, não confio no rascunho, no projeto de prefeito. Eu disse que, acredito que seja para



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

arrecadar dinheiro somente. Como acreditar no desgoverno, que só faz coisa errada? Não cumpre o que fala. Promessas evasivas. Exemplo: Internet gratuita, ônibus a um real, cursinho pré-vestibular, ele não cumpriu, e houve o atraso, no pagamento às entidades. Tem sim, um ar de desconfiança do vereador. Tomara, que eu queime a língua, mas, nesta altura do campeonato, eu duvido. Ele sequer doou uma merendeira, no caos, do início do ano, naquela situação da merenda, quando o município rompeu o convênio, com o Estado. E daí ele coloca um concurso público, para merendeiras. É urgente, concordo. Mas fico com um pé atrás, porque ele não é digno de crédito. Até chamar as vencedoras, acabou o ano. Quando é para o povo, passos de tartaruga. Quando é para proveito próprio, é um Papa-Léguas. Fica o meu alerta, a minha dúvida para este concurso. Será que os vencedores serão realmente convocados? Aqui, em Mogi Mirim, um concurso público é totalmente desacreditado. Credibilidade zero. Investidor nenhum. A caneta, com a qual ele escreve e assina, deve ser aquela do deputado, que foi Governador de São Paulo, a caneta da tinta invisível”, ponderou. A próxima oradora foi a Vereadora Dayane Amaro Costa. “Venho agradecer a aprovação do requerimento, onde questiono a quantidade de vacinas H1N1, que chegou ao município, e quantas se fariam necessárias, para imunizar a parcela mais susceptível à doença, pelo menos. Agradeço. Temos sim, que ficar alertas. Embora não tenhamos muitos casos visíveis, sabemos que o inverno se aproxima e é necessário fiscalizar esta situação. Falando em saúde, eu gostaria de parabenizar todos os profissionais da área da saúde, pelo transcurso do Dia do Profissional da Saúde, comemorado em 12 de maio. Quantos desafios o profissional da saúde encara, no seu dia a dia. Deixo os meus parabéns à classe. Agradeço a aprovação da moção, que não é somente de minha iniciativa, mas dos demais vereadores também, em apoio às FATECs. A questão dos salários, vale-alimentação, entre outros tópicos, que reivindicam. Vereador Cinoê falou aqui, das promessas do prefeito, as quais ele não cumpre. Eu confiei nele, no início,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

agora não mais. Aprovei, com ele, dois projetos, no início de meu mandato, mas, se fosse hoje, eu não aprovaria. No início, como ele tinha sido eleito, pelo povo, esperávamos que ele cumprisse suas promessas. Mas peço, que a população fique alerta, neste período, que antecede as eleições. Muitos políticos anunciam promessas e projetos. Que a população fique alerta, neste momento, que é a pré-eleição. Que a população fique alerta e fiscalize”, colocou. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Jorge Setoguchi. “Faço parte da comissão de vias e logradouros e, como seu presidente, solicito aos vereadores, que estão com as estradas rurais já distribuídas, são quinze, no total, que as denominem. O pessoal da zona rural está pedindo, que as estradas sejam denominadas, para que os órgãos da segurança possam ter a localização correta da propriedade rural. Peço aos pares, que se manifestem sobre o nome das estradas, se há interesse de denominar, em quinze dias, já que é pedido do CONSEG e do Conselho Rural. Se não houver interesse, por parte do vereador, faremos nova reunião e nova distribuição. Sobre a Festa Della Mamma, ela visa divulgar a cultura italiana e ajudar às entidades, que participam. À comissão organizadora, meus parabéns. Um sucesso, continua no próximo final de semana. Parabéns ao Sebastião Zoli Junior, o idealizador. A respeito da reunião de hoje, com o vice-prefeito, os produtores rurais e órgãos de segurança, a respeito das placas das estradas rurais, decidiu-se que as placas serão patrocinadas, por empresas particulares, pois, segundo o vice-prefeito, não há dinheiro da prefeitura, para instalação das placas. E os proprietários dos sítios vão colocar as placas, em suas propriedades também. Hoje, fiz indicações para as Chácaras São Francisco, onde existem várias ruas, com luzes queimadas, bem como, pedi operação tapa-buracos, para vários locais, pois a cidade está cheia de buracos”, afirmou. O próximo orador foi o Vereador Laércio Rocha Pires. “Quero agradecer aos nobres pares, a aprovação de meu requerimento, que pede por um casal de funcionários, que faz a pintura do solo, a demarcação, e ganham oitocentos reais. É o que eu



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

falo. O prefeito não está bem das pernas e, ainda por cima, tem secretário, que fica empurrando coisas com a barriga, fazendo corpo mole, para dar insalubridade a um par de funcionários. Um casal só. Não são dois mil funcionários. Um deles está doente, passando por tratamento de saúde, a família precisa de apoio, mas, até agora, ficam empurrando com a barriga. Já conversei com o secretário, mas parece, que ele não tem piedade com o funcionário público. E o cara entra ontem e ganha fortuna. Ganha fortuna e humilha os coitados e não é só nesta, mas em várias administrações. Agradeço a aprovação do requerimento e quero dizer, que vou cobrar o prefeito. Mas a gente não acha o prefeito, é difícil. Verdade é esta. Não estamos querendo fugir da raia, mas é difícil. É triste. O funcionário público já ganha menos do que deveria ganhar; aumento para funcionário, não se escuta falar. Só um mínimo de três por cento, para nos colocar na saia justa. O cúmulo do absurdo. O sindicato também não se manifesta. E nós aqui, sem saber o que fazer. Alguém da administração, que nos norteie, sobre o que fazer. Dizer também, algo sobre os irresponsáveis, que ateam fogo, as queimadas. Atearam fogo na voçoroca, um absurdo. Animais silvestres mortos, passarinhos, tatus, lagartos mortos. São irresponsáveis. A voçoroca pegou fogo, em tudo. E não se tem bombeiro. Aliás, temos bombeiros, mas com carro velho e quebrado, que não aguenta fazer os corres, na cidade. Na época de Carlos Nelson Bueno, veio um projeto, para contratar e aprovar algo, para os bombeiros. Veio à Câmara, mas foi reprovado. Esta cidade está pedindo, pelo amor de Deus. São problemas, nos quatro cantos da cidade. Mato alto e seco. Situação de mal a pior. Se o cidadão atear fogo, queima a cidade inteira. Vamos ser realistas: a prefeitura não tem funcionário, não tem fiscal, ninguém para trabalhar e a cidade está largada. Ninguém fiscaliza nada. Os cortes, no SAAE, que não são de hoje. Quando tem vazamento, pede-se o conserto, mas alguns pedidos já completam um ano. Ninguém toma providências”, aclarou. Como o próximo orador inscrito, Vereador Leonardo David Zaniboni, desistisse da palavra, o Presidente da Casa,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Vereador João Antonio Pires Gonçalves, solicitou ao primeiro vice-presidente da Câmara, Vereador Luís Roberto Tavares, que assumisse a direção dos trabalhos, para que ele pudesse fazer uso da palavra. O primeiro vice-presidente assumiu a direção dos trabalhos e facultou o uso da palavra ao Vereador João Antonio Pires Gonçalves. “Venho fazer um convite, na certeza. A tão esperada reforma, na pista de skate, do Half. Foi feito o serviço, na semana que passou. Os skatistas deverão esperar oitenta e sete dias, mas no próximo final de semana, estará liberada a pista, na Praça 9 de Julho. Quero agradecer o apoio da Gerência de Esportes e Lazer - GEREL, da Secretaria de Obras e dos Bombeiros. E, principalmente, agradecer aos skatistas, que retiraram todo o asfalto, e à empresa, que doou 24 m³ de massa, para a reforma. Dizer às pessoas, que me pediram isso, que, quando se pede e o vereador corre atrás, consegue-se realizar o sonho de alguns. Eu corri atrás, mas não fui sozinho. A pista do Half está lá, e ficou maravilha. Desejar boa sorte também, ao Vereador Manoel, para que consiga a patrulha rural. Eu não consegui, quando tentei. O senhor nem era vereador, foi em 2009. Eu cansei de pedir a patrulha rural, para Carlos Nelson Bueno. O Gustavo Stupp foi eleito, em 2012, e eu também pedi e ainda não fui atendido. Espero que, neste ano, por ser ano de eleições, que algum deputado abençoado consiga a patrulha, para os moradores da zona rural, que estão com necessidade e urgência”, destacou. Não havendo mais Vereadores inscritos, o Sr. Presidente passou à parte dos trabalhos reservada à “**TRIBUNA LIVRE**”, e deu ciência à Casa da existência de orador, regularmente inscrito, conforme Artigo 116, do Regimento Interno, e Resoluções n.ºs. 135/89, 223/99 e 241/02. Desta forma, o Sr. Presidente da Câmara convidou para que adentrasse ao Plenário o Senhor *Missionário Ricardo*, que falou a respeito de projeto de recuperação de dependentes químicos, cujo discurso foi gravado, em formato digital, à disposição, nos arquivos da casa, por trinta dias. Para a Tribuna Livre, o Sr. Presidente da Câmara suspendeu a Sessão às 19h31, para reabri-la, posteriormente, às 20h30.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão às 20h33, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e, depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM TURNO ÚNICO: “ex-vi” do disposto no § 1º, inciso III, “d” do Artigo 171 do Regimento Interno:** 1. Projeto de Lei nº 40, de 2016, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre denominação da Avenida Projetada, situada no Distrito Industrial Luiz Torrani, Município de Mogi Mirim, de Avenida Dr. Gilmar Alves Bezerra”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação. Inicialmente, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. “Nesta noite, esta Casa fará homenagem ao ilustre cidadão mogimiriano, Dr. Gilmar Alves Bezerra. Suas duas filhas, Marília e Mariana, estão na Casa, acompanhando a sessão. Foi um servidor, com quarenta e quatro anos de serviços à municipalidade. Iniciou-se, como Guarda Mirim, e encerrou a carreira, como Procurador do Município. Foi, inclusive, Diretor Jurídico do Município. Peço o voto favorável, para esta merecida homenagem ao Dr. Gilmar, pois todos o conheceram, sua capacidade, seu humor e sua generosidade. Ele será lembrado, por todos”, discursou. “Fez uso da palavra, ato contínuo, o Vereador Cinoê Duzo. Parabéns ao prefeito, pela autoria do projeto. Fui Guarda Mirim, prestando serviços ao Dr. Gilmar. Às filhas, digo que sei o carinho, que ele tinha pelas filhas. Deus abençoe. Justa homenagem, pela sua doação ao serviço público. Ele era apaixonado, pela profissão, e se doou à prefeitura. Que ele esteja, em bom lugar. Esta é justa homenagem”, declarou. Também discursou o Vereador Luís Roberto Tavares. “Jamais vou me esquecer do Dr. Gilmar. Ele sempre foi em todas as reuniões sobre o Parque das Laranjeiras, em nome do



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Departamento Jurídico. Ele sempre nos defendeu. Em 1984, era prefeito Luís Neto. Foi o Gilmar quem conseguiu prender o pai do Cláudio Rafacho, que fez as bagunças, no Parque das Laranjeiras. Eu nunca vou me esquecer dele. Sempre me orientou. Com muito prazer, que voto este projeto, que o homenageia”, disse. O próximo a discursar foi o Vereador Leonardo David Zaniboni. “Com alegria, votarei a matéria. Eu tive convivência de dez anos, com Gilmar. Aprendi muito com ele, pois foi advogado de nossas empresas. Ele é aquele tipo de pessoa, com a qual você conversa, o dia todo, e não vê o tempo passar. Quando vi o projeto, primeira reação foi achar pouco, porque Gilmar merece muito mais. Quando de seu falecimento, já discursar sobre todas as suas qualidades”, salientou. O próximo orador foi o Vereador Laércio Rocha Pires. “Uma homenagem. Parabenizo o prefeito, pelo projeto. Dizer às filhas, que Dr. Gilmar era humilde, cem por cento. Só fez amizades sadias”, destacou. A próxima a comentar o projeto foi a Vereadora Luzia C. C. Nogueira. “Gilmar foi diretor, na administração de meu marido. Parou-me na rua, para agradecer. Quando teve diagnóstico de risco, através de meu marido e do Dr. Carlos Eduardo, fez encaminhamento e fez o tratamento, e sobreviveu. E veio o segundo prognóstico de morte. Ele me agradeceu, e disse: o tempo que vivi a mais, com minha família, não há o que pague. Faria muito mais, para continuar, mas o sofrimento é grande. O tanto, que ele trabalhou, em prol da cidade”, afirmou. O Presidente da Câmara também registrou o projeto. “Dizer às filhas, que fiquei dezoito anos, como filiado, no PMDB. Gilmar foi filiado ao PMDB. No dia de seu falecimento, ele foi velado aqui, no Plenário da Câmara. Justa homenagem”, declarou; (submetido a votos, sessão de hoje, a Câmara, aprovou, unanimemente, em Turno Único, o Projeto de Lei nº 40/2016, do Prefeito Municipal); (à sanção do Prefeito Municipal); 2. Projeto de Lei nº 43, de 2016, de autoria da Vereadora Maria Helena S. de Barros “dispondo denominação para a MMR-255, de GIACOMO GUARNIERI”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (posto a votos, sessão de hoje, a Câmara,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

aprovou, unanimemente, em Turno Único, o Projeto de Lei nº 43/2016, da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros); (à sanção do Prefeito Municipal); 3. Projeto de Lei nº 44, de 2016, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre denominação da Escola Municipal de Educação Infantil – EMEI, situada no Núcleo Integrado de Atividade Social NIAS, de EMEI Professora Dirce Aparecida Januário Lenhari”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (colocado a votos, sessão de hoje, a Câmara, aprovou, unanimemente, em Turno Único, o Projeto de Lei nº 44/2016, do Prefeito Municipal); (à sanção do Prefeito Municipal); **ex-vi” do disposto no § 2º, inciso i, do Artigo 171 do Regimento Interno:** 4. REQUERIMENTO Nº 173, de 2016, de autoria do Vereador Cinoê Duzo, “requerendo, junto ao Poder Executivo, através da Guarda Civil Municipal e da participação da Polícia Militar, que se intensifiquem ações efetivas, como blitz, em toda zona rural de Mogi Mirim, a fim de coibir as ocorrências de assaltos e roubos”. Para discussão a pedido do Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio. Fez uso da palavra o Vereador Osvaldo Quaglio. “Quando eu pedi a discussão, foi, justamente, para dar ênfase ao assunto. Já foi comentado aqui, da reunião que foi realizada, no Lázaro Pulcinelli – São João da Glória. Na primeira reunião eu, e outros vereadores, Gerson Rossi também, fomos depois até São Paulo, na Secretaria de Segurança, nós e alguns membros da zona rural e o Vereador Cinoê Duzo. O caso é tão grave, que está na manchete de sábado, no jornal. Não tem arrumação, como dizem. Como vamos fazer, para ver resultados efetivos? Reunião é importante, para discutir, ver o que ocorre, como agir, modos operandi. Na primeira reunião, algumas pessoas até se inflamaram, contra GCM e a PM, pois só quem sofre, na pele, sabe a dificuldade que é. Temos que iniciar, além das reuniões, atitudes. A primeira atitude concreta foi termos ido até a Secretaria de Segurança Pública, em São Paulo. Fizemos um estudo detalhado sobre a questão e aguardamos, agora, o que vai acontecer. Colocar também, que há três anos, organizaram blitz, na zona rural. Mas começou a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

dar problemas, para o pessoal da zona rural, que dirigia alcoolizado, ou com a documentação vencida. Ora. A polícia está lá, para ver tudo, da coletividade, em geral. Temos que fazer é isso: estudar um meio, mostrar à população, que temos que fazer um trabalho conjunto, que vai envolver tudo isso. Todo ato, que é contra a legislação, tem que ser punido. Temos que passar isso, para o pessoal da zona rural. Se um veículo for parado, será analisado, de ponta a ponta. Pedir a colaboração do pessoal da zona rural, o que será muito importante, para um resultado positivo. Vamos cobrar, com veemência, as policias. A Civil, que investigue; que seja encontrado um jeito de colocar mais investigadores. Falta efetivo também, na GCM. Pedimos à Secretaria de Segurança Pública uma atenção maior a esta área, que deixa a desejar. Vamos arregaçar as mangas e tomar atitudes. Reuniões são importantes sim, mas vamos agir, pois os assaltos continuam”, detalhou; (submetido a votos, sessão de hoje, a Câmara, aprovou, unanimemente, em Turno Único, Requerimento nº 173/2016, do Vereador Cinoê Duzo); (oficie-se, como requer); **EM SEGUNDO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno:** 5. Projeto de Lei nº 12, de 2016, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre as diretrizes para instauração de sindicância e de processo administrativo, disciplinar, no âmbito da administração direta e da indireta e dando outras providências”. Fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. “Apenas lembrando, que a instauração de sindicâncias e processos administrativos disciplinares não está o melhor dos mundos, mas caminhou muito. Foi estudada, por dois servidores, Regina Bigelli e Higino Bianchi. É um avanço. Que possamos aprovar, em segundo turno”, confirmou; (submetido a votos, sessão de hoje, a Câmara, aprovou, em Segundo Turno, por quatorze (14) votos favoráveis a dois (02) votos contrários, o Projeto de Lei nº 12/2016, do Prefeito Municipal); (à sanção do Prefeito Municipal); 6. Projeto de Lei nº 13, de 2016, de autoria do Vereador Daniel Gasparini dos Santos, “dispondo sobre criação do Programa Empresa Aliada do Esporte e



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Lazer, no Município de Mogi Mirim, e dando outras providências”. Fez uso da palavra o autor, Vereador Daniel Gasparini dos Santos. “Este projeto foi votado, em primeiro turno, e aprovado. Eu agradeço, pois é mais uma ferramenta, para auxiliar o esporte, na cidade, setor que tem dificuldade enorme de fazer reformas, em quadras, campos e outros locais. Peço, mais uma vez, o voto favorável”, afirmou. Também discutiu a matéria o Vereador Cinoê Duzo. “Venho enaltecer o projeto, de autoria do Vereador Daniel. Tudo o que envolve o esporte, podem contar com o apoio deste vereador. O projeto permitirá, que o empresário e seus parceiros se sintam sensibilizados e levem o esporte a sério, porque o esporte recupera, auxilia no trabalho do Missionário Ricardo, que hoje nos falou, por exemplo”, pronunciou; (colocado a votos, sessão de hoje, a Câmara, aprovou, em Segundo Turno, unanimemente, o Projeto de Lei nº 13/2016, do Vereador Daniel Gasparini dos Santos); (à sanção do Prefeito Municipal); **EM PRIMEIRO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso IV, do Artigo 172 do Regimento Interno:** 7. Projeto de Lei Complementar nº 02, de 2016, de autoria da Mesa da Câmara, “alterando a formação exigida, para preenchimento do cargo de Diretor-Geral, constante da Resolução nº 209, de 07 de agosto de 1998”. Juntamente com *emenda* e Parecer da Comissão Justiça e Redação. Para discutir o projeto, fez uso da palavra o Vereador Jorge Setoguchi. “Fiz emenda, citando, como profissional, que possa exercer o cargo, o de ciências jurídicas, ou direito. Segundo a Resolução 209, artigo 7º, I, o profissional deve: “zelar pela implantação e pela legalidade das decisões da presidência e mesa diretora; II – garantir ao presidente e membros da mesa apoio necessário ao desempenho das funções, alertando-os, com relação à legalidade das deliberações; XXV – supervisionar o acompanhamento das alterações das leis municipais estaduais federais etc.”. Entendo, que, entre várias atribuições, pelo menos esses três incisos competem ao profissional da área de direito, ou ciências jurídicas, formação para diretor-geral, pois ele deve estar ciente das leis e suas atualizações. Nada mais



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

justo”, explicou. Também fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. “Confesso que, agora, fiquei em dúvida. Conversamos com a Contadora Miriam, e ela me mostrou, que a amplitude das graduações traria bons funcionários. Há também emenda do Vereador Ary, ampliando para várias outras profissões”, explanou. Usou da palavra o Vereador Ary Augusto Reis de Macedo. “Em nome da Comissão de Justiça e Redação, venho explicar a emenda modificativa. Ela abre o leque para o concurso: ou ciências contábeis, ou administração, ou economia, ou ciências jurídicas. Basta ter um desses cursos. O projeto anterior dava a entender a necessidade de cinco graduações. Basta apenas uma. Com relação à emenda do Vereador Jorge, ela diz que, para concorrer, o aspirante deve ser graduado em advocacia, ou ciência jurídicas. Peço destaque de votação para as emendas. Cabe a todos a decisão”, afirmou. Posto a votos o pedido de Destaque de Votação, conforme rezam os Artigo 166 e 155, V, ambos do Regimento Interno vigente, o que foi aprovado, unanimemente, pela Casa. Ainda em discussão, fez uso da palavra o Vereador Marcos Bento Alves de Godoy. “Já temos o procurador jurídico, que tem conhecimento aprofundado. Precisamos também de conhecimento administrativo nesta Casa. Nem todos os presidentes conseguiram dar condições administrativas, para fazer um trabalho competente e administrado. Vai ganhar, quem tiver conhecimento. Defendo o conhecimento administrativo, ou o de um economista, para melhorar os trabalhos, na Casa”, destacou. Também fez uso da palavra o Vereador Leonardo David Zaniboni. “A emenda da CJR é mais completa. O Diretor vai ter que ele mesmo consertar um elevador, um telhado: Não. Importante é o conhecimento superior. O concurso vai suprir o cargo vago. Votarei com a emenda da CJR”, declarou. O Vereador Osvaldo Quaglio foi o próximo a discutir. “O caso é polêmico, de difícil solução. Muitas ideias, que não vão bater aqui. Eu fui Presidente da Casa e tive a sorte de ter sido o último a ter Valter Poletini, como diretor. Os que vieram depois, sabem a dificuldade grande. O



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Regimento, no Artigo 65, diz que os serviços administrativos serão feitos através do diretor. __Concordo, com os posicionamentos, pois também entendo, que o economista tem formação, mas, igualmente, entendo que, para ser diretor, o profissional tenha que ter conhecimento jurídico, sim. Então, temos que alterar o Artigo 65, do Regimento. Amanhã, ou depois, se fizer uma sandice jurídica, outro profissional, quem vai responder é o diretor. Obrigação dele. Não sei, se não é caso de pensarmos melhor. Uma pessoa, com curso superior, tem conhecimento. Mas cada macaco, no seu galho. Não concordo, em colocar um profissional, sem conhecimento jurídico, para ser diretor da Casa. O presidente vai dançar miudinho. Talvez, uma proposta de adiar, por cinco dias?”, ponderou, sem resultado. A próxima a discutir, foi a Vereadora Dayane Amaro Costa. “Respeito o entendimento do meu colega, mas sou pela mesma linha de pensamento, que os Vereadores Marcos e Leonardo. Hoje, vivemos a época do conhecimento multidisciplinar. Entender de legalidade, não quer dizer ser advogado, ter cursado ciências jurídicas. Eu sou biomédica, porém decidi fazer pós-graduação, em administração, logo, mesmo sendo da área de biológicas, tenho conhecimento administrativo. Tenho tendência a votar pela emenda do Dr. Ary Macedo, da CJR. Um economista pode sim, estar inserido, mas respeito a opinião dos demais”, aclarou. O próximo a discutir foi o Vereador Cinoê Duzo. “Não tenhamos pressa, mas não percam tempo. Meu entendimento é o título de Direito. O economista vai ter que se especializar. Vamos ganhar tempo”, frisou. Também fez uso da palavra o Vereador Daniel Gasparini dos Santos. “Com todo respeito, vou com a emenda do Dr. Ary, mais abrangente. Procurador jurídico. Mais um cargo do mesmo gênero, praticamente. O Regimento Interno, quando foi escrito, não tinha o procurador jurídico. Atualmente, temos o procurador, e para questões jurídicas, o procurador dará o seu parecer. Restringir, não sei se é o caminho”, sublinhou. Em Destaque de Votação, a emenda da CJR: (colocada a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, em Primeiro Turno, por nove (09)



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

votos favoráveis a oito (08) votos contrários, a Emenda da CJR, ao Projeto de Lei Complementar nº 02/2016, da Mesa da Câmara); (O Presidente exerceu direito de voto, conforme reza o Artigo 20, III, do Regimento Interno vigente). Em Destaque de Votação, a emenda do Vereador Jorge Setoguchi: (posta a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, em Primeiro Turno, por nove (09) votos favoráveis a sete (07) votos contrários, a Emenda do Vereador Jorge Setoguchi, ao Projeto de Lei Complementar nº 02/2016, da Mesa da Câmara). A sessão foi suspensa às 21h29 e reaberta, em seguida, às 21h34, por iniciativa do senhor Presidente da Câmara, Vereador João Antonio Pires Gonçalves; Em Votação o Projeto de Lei Complementar nº 02/2016, da Mesa da Câmara; (submetido a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, em Primeiro Turno, unanimemente, Projeto de Lei Complementar nº 02/2016, da Mesa da Câmara); (à “Ordem do Dia” da próxima sessão, para ser apreciado em segundo turno); 8. Projeto de Lei Complementar nº 06, de 2016, de autoria do Poder Executivo, “dispondo sobre a alteração de referência salarial do emprego de Advogado, do quadro de pessoal da administração direta”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento. Antes de submeter a matéria à apreciação do Plenário, o Senhor Presidente deu ciência à Casa, através de sua leitura, do Requerimento nº 192/2016, de autoria do Vereador Waldemar Marcurio Filho, solicitando, “conforme o que reza o Artigo 156, VI, combinado com os Artigos 113, § 5º, II e 169 do Regimento Interno, o Adiamento, por cinco (05) dias, da discussão e votação do Projeto de Lei Complementar nº 06/2016, constante da pauta da “Ordem do Dia”; (submetido a votos em Sessão de hoje, a Casa rejeitou, por dez (10) votos favoráveis a seis (06) votos contrários, o Requerimento de Adiamento nº 192/2016); (arquite-se). Em discussão a matéria, fez uso da palavra o Vereador Waldemar Marcurio Filho. “Quando pedi o adiamento deste projeto, por cinco dias, pedi, porque será amanhã, a assembleia do sindicato com os funcionários públicos. Vamos ter uma proporção de quase 25% de equiparação, para o corpo jurídico



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

da prefeitura, os procuradores. Mas o município pretende repassar entre 4 a 6%, para o funcionalismo todo. Todavia, o funcionário público não tem noção, que se trata de equiparação salarial, pensa que são 25% somente para os advogados. Os senhores mantenham seus votos, agora. Eu vou votar contra”, salientou. Também discutiu o projeto a Vereadora Luzia C. C. Nogueira. “A gente já aprovou, na área da educação, uma equiparação salarial. Na saúde também, houve aumento. Na realidade, sobre a questão, eu entendo, que não podemos falar, que o que está sendo votado, seja um reajuste, porque não é. Eu vejo, como justo, pois são advogados, que trabalham por quatro horas, e advogados, que trabalham por oito horas. Os que trabalham oito horas ganham menos do que aqueles, que trabalham por quatro horas e isto, gera insatisfação. Este projeto é da administração. A Secretária Elisanita nos mostrou, que isso já estava coordenado, ou seja, equiparação aos educadores, agentes de saúde e advogados. A questão do aumento geral aos servidores não é problema nosso, mas da administração, como falei, na semana passada. Mogi Mirim não honrou a promessa, não mudou a data base do reajuste anual e os servidores têm que questionar o prefeito”, acentuou. A próxima a discutir a matéria foi a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. “Nós, enquanto comissão, esgotamos esse assunto. O projeto está na CFO há mais de dois meses. Desde o momento, em que ele foi desmembrado, do projeto de lei dos auditores fiscais. Estava embutida a alteração salarial dos advogados. Depois, aquela nomenclatura, quando pediram para ser alterada, de ‘advogado’, para ‘procurador jurídico’. Houve um empecilho. Administração direta, mas nós temos a administração indireta, o SAAE, que tem advogados. Retirou-se a nomenclatura ‘procurador jurídico’. Os quinze advogados, continuam sendo ‘advogados’. Agora, apenas uma alteração, na carga horária, que de oito horas diárias, passa para quarenta horas semanais, ganhando-se menos do que a base salarial dos que ganham, por quatro horas diárias. Portanto, esgotamos o assunto. Há entendimento, de que há



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

necessidade de uma equiparação. A uma carga imensa de trabalho, execuções fiscais. Sabemos o sufoco. Agora, o restante, para os demais funcionários, como disse a Vereadora Luzia, que venha do Executivo. Peço aos Vereadores da base, que se empenhem. O prefeito não tem uma administração competente, verdade é esta. O prefeito não tem eficiência. Não tem. Elisanita é secretária de finanças. Eu vi. Ela não readmite os dois funcionários, pois o prefeito não readmite. Estamos discutindo a equiparação salarial. Eu tive o cuidado de conversar, com várias pessoas sobre a matéria financeira. Aumento salarial dos servidores cabe ao Executivo, ao Prefeito Stupp. Quem deu 6% de aumento, no primeiro ano de mandato, divididos, em duas parcelas, uma de 3% e outra de 3,4%, foi Gustavo Stupp, que, aqui, defendia melhores salários para os funcionários públicos”, discorreu. O Presidente da Câmara, Vereador João Antonio Pires Gonçalves, solicitou à Vereadora Maria Helena Scudeler, que se ativesse ao assunto objeto da discussão, que não era o aumento salarial do funcionalismo, e que dele não se desviasse, tanto ela, quanto à Vereadora Luzia Cristina. O próximo a discutir foi o Vereador Luiz Antonio Guarnieri. “No início da sessão, já defendi o projeto, que é extremamente correto. Por isso, votei contra ao adiamento, proposto pelo Vereador Waldemar. É preciso explicar. Por isso, acho bom que a Casa tenha rejeitado o adiamento, para definirmos esta situação hoje. Mesmo porque, esta situação não vem de agora, mas já faz tempo, que ocorre. Qual estímulo vamos dar a estes funcionários? Hoje, nenhum. Alguns justificaram que, quando eles entraram no serviço, a situação era essa. Ora! Então vamos corrigir o que está errado. Antes de receber aplausos, ou vaias, da audiência, temos que ser corretos e justos. É o que temos que buscar. E ao fazermos a correção, devemos procurar agir de forma justa e correta. O tribunal de Contas vai aprovar? Alguns assessores e vereadores foram até o TC, em Mogi Guaçu. Ele disse, que está plenamente correto e que pode ser feito. Então, esta Casa tem que votar, para que justiça seja feita e o problema seja corrigido. A Elisanita tem este



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

dinheiro. Esta Casa não tem outra opção, a não ser votar, para que a justiça seja feita e isso corrigido. É assim que tem que ser. Não é só para advogados, mas deve ser de forma geral, para todos os funcionários da administração pública, para que se haja de forma correta. É isto o que talvez esteja faltando”, argumentou. O próximo orador foi o Vereador Leonardo David Zaniboni. “Fui favorável ao adiamento, achei coerente aguardar a reunião. Fui voto vencido. Mas quero deixar claro, como já deixei esclarecido, desde o início, que sou favorável, não tenho medo algum de votar a favor”, argumentou. O próximo orador foi o Vereador Marcos Bento Alves de Godoy. “Creio numa reestruturação, para todo o funcionalismo público. Funcionário bem pago trabalha motivado. Depois do diálogo e do debate, vou mudar meu voto e votar favorável a vocês, advogados”, destacou. O próximo a discutir foi o Vereador Benedito José do Couto. “Quero justificar meu voto, pelo adiamento, mas não quer dizer, que eu seja contra o projeto. Tenho conhecimento do que acontece, mas sempre concordo, por mais tempo, para análise, quando um vereador pede. Declaro voto favorável ao projeto”, frisou. Também discutiu a matéria o Vereador Osvaldo Quaglio. “Esta questão, como citado, já foi desmembrada de projeto anterior. Nas conversas de bastidores, pergunta-se como dar este aumento para uns e nada para os outros funcionários públicos. Não é questão de aumento de salário, mas da referência salarial. Um exemplo. Na iniciativa privada, dez operadores de empilhadeiras têm a mesma função, salário igual. Daí, no meio dos dez, temos três ótimos; três bons, dois regulares e dois, que não servem para nada. Mas temos que pagar igual a todos! No setor jurídico, prestaram o concurso, para trabalharem, por oito horas diárias. Uns dizem que, quando prestaram o concurso, estava escrita a remuneração. Certo. Realmente, estava escrito lá. Só que tem um problema. Como Carlos Nelson Bueno aboliu biênios e quinquênios, este pessoal não terá mais direito a isso. E o pessoal das quatro horas diárias, com seus biênios e quinquênios, ultrapassa a faixa salarial. Ganham mais. Não é



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

justo. A função é a mesma. Quem trabalha satisfeito assim? É uma questão, que nada tem a ver com aumento de salário, apenas é questão de justiça. Equiparação de um erro, talvez, de edital. Quando começamos a conversar com profissionais, perguntei, justamente, sobre biênios e quinquênios. Embora o prefeito faça bastantes coisas, com as quais não concordamos, agora ele acertou”, afirmou. O próximo orador a discutir a matéria foi o Vereador Cinoê Duzo. “Com certeza, os advogados desempenham atividade fundamental. Com que estímulo vão trabalhar? O vereador perguntou. Trabalham oito horas e os demais quatro horas, sendo remunerados da mesma maneira. O Projeto de Lei Complementar do Governo Municipal quer mudar a referência. Pois bem. Por que ele não muda a referência do salário do professor municipal? Ou do médico municipal? Que estímulo tem um professor, ou um médico, para trabalhar, em Mogi Mirim? Outros servidores, como a dupla mencionada pelo Vereador Laércio. Por que ele não manda também? Certamente, os advogados têm o direito, mas fica a minha indignação, para com este desgoverno municipal, que nos deixa sempre na saia justa. Totalmente, desigual, descaso com a população. Mande amanhã, em caráter de urgência, o aumento de referência para professores, para os varredores. Por que não para todas as classes juntas? Pelo interesse, importância e direito. É inadmissível o descaso, que o desgoverno municipal comete, com as outras classes”, defendeu; (colocado a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, em Primeiro Turno, unanimemente, Projeto de Lei Complementar nº 06/2016, do prefeito de Mogi Mirim); (à “Ordem do Dia” da próxima sessão, para ser apreciado em segundo turno). Finda a pauta constante da “Ordem do Dia”, o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à **“EXPLICAÇÃO PESSOAL”**, conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Inicialmente, fez uso da palavra o Vereador Luís Roberto Tavares. “Quero desejar à Vereadora Dayane boa sorte, com a decisão a ser tomada, na próxima quinta-feira, relativo ao pedido por sua cadeira.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Torço, por você. Vi nota, no jornal, que dizia das UBSs, que estão com as obras paradas. Sinceramente, gostaria que fosse resolvida a questão da UBS da Vila Dias, que também está parada. Começou uma reforma, ampliação, e está tudo parado, há dois anos. Hoje, demos denominação a EMEI – Educação Infantil do NIAS, que também está com a obra parada. Dizem que a administração está devendo à construtora e há pessoas, que também, precisam receber o que teria que ser pago. Então, nas áreas de educação e obras, na saúde, a administração está devendo e muito. Hoje, vi que o nosso Secretário de Saúde caiu. Não sei o porquê. Já há outro nome, o interino. Nome que chegou é Camillotti Junior. Então chego à conclusão, de que a saúde pública está sendo manipulada. Troca-se de secretário e, até que o novo coloque a casa em dia, a administração já o trocou por outro, novamente. Dura uns dois meses, cada um. Não resolve nada o problema, na saúde. Ficam empurrando. Não resolvem. Não conseguem resolver. Infelizmente. A comissão para a saúde pretende se reunir, nesta semana. Dr. Emílio veio aqui e descarregou muitas denúncias. Terá que se explicar, mesmo de saída do cargo. Fiz várias indicações. Pedido de operação tapa buracos, para o centro, na Rua do Rosário. Pedimos, porque na periferia, há muitos buracos e, agora, no centro da cidade também, para que se resolva. Pedi limpeza de áreas públicas, no CDHU, Linda Chaib. Limpeza e que se dê um destino àquela área. Pedindo a construção de canaleta, na Rua Luiz Gonzaga Junior, no Linda Chaib. Uma área próxima, de onde é descarregado o esgoto. A cada dia que passa, o buraco piora e pedimos aqui, para que se resolva o problema, definitivamente. Com relação ao caso da saúde ainda, gostaria de uma reunião de vereadores, pois isto é uma artimanha da prefeitura, não vejo de outra maneira. Artimanha, para se levar até o final do mandato a situação precária, na saúde. Ou nós tomamos uma atitude, através da comissão, ou o prefeito vai levar, ao fim, a saúde da cidade”, disse. Como o próximo inscrito, Vereador Luiz Antonio Guarnieri, desistisse da palavra, ocupou lugar, na tribuna, a Vereadora Luzia C. C.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Nogueira. “Apenas lembrar à Mesa, que não é só a questão dos servidores públicos, em geral, da administração, pois temos que pensar na situação dos servidores desta Casa. Todos os anos, nós ficamos esperando subir primeiro o projeto da prefeitura, para somente depois, analisarmos os salários dos funcionários desta Casa. A lei é igual, para todos. Precisamos pensar, discutir e tomar uma postura. Tenho a impressão de que, não havendo a mudança do mês do dissídio, de maio, para abril, a lei não permita nada além do aumento sobre a inflação dos três primeiros meses. Logo, a Câmara deve estudar a situação e tomar postura, o mais rápido possível. É uma lastima, a situação como está. Não tivemos aqui também, a presença do Sindicato dos Servidores, para que nos orientasse, assim como hoje, na votação da equiparação. Não se fez presente. Infelizmente, não apareceu ninguém. Pedimos sobre a questão salarial e recebemos a mesma resposta: ainda estamos em negociação. Ora! A Câmara não pode parar! Mais uma vez, esperamos que o sindicato se faça presente. Está faltando uma pressão, por parte dos servidores, em cima do sindicato. É isso”, observou. Como os próximos inscritos, Vereadores Manoel Eduardo P. C. Palomino, Maria Helena Scudeler de Barros, Osvaldo Aparecido Quaglio e Waldemar Marcurio Filho, desistissem da palavra, ocupou lugar na Tribuna o Vereador Marcos Bento Alves de Godoy. “A respeito da saúde, no município, vejo que ela foi deixada para trás mesmo. Basta ver o que aconteceu, com os que passaram pela saúde. Estamos no mês de junho. Tenho dó mesmo, é do funcionalismo. Vem um secretário e diz: vamos para a direita. E todos os funcionários vão. Depois, vem outro e diz: vamos para a esquerda. E todo o funcionalismo vai. É uma quadrilha junina. Festa junina, que se faz com a saúde. Não houve seriedade, ou planejamento. Quando uma pessoa entra, como secretário, certo, ou errado, e quer implantar um trabalho sério, ele é barrado. Encontra resistência, por parte do gestor. Ele se expôs. Veio à esta Casa e respondeu perguntas pertinentes, feitas pelos vereadores. Na semana seguinte, ele foi mandado embora. Até acho, que ele estava com boas



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

intenções. Eu via a forma, como ele conduzia a saúde. Tinha vontade, de fazer acontecer. E agora? Fica na mão de quem? Faltam poucos meses, para o final do mandato. Tem gente morrendo. Eu acompanho a saúde, dia a dia, assim como o Vereador Benedito. Nas farmácias, todos os dias, vemos gente desesperada, reclamando do SUS, pedindo solução. Não conseguem encaminhamento, ou consultas com clínicos e especialistas. E quando alguém se expõe, é derrubado. Mas tenho dó mesmo é do funcionalismo. Muda, muda de secretário. A quadrilha junina, que a cada hora vai para um lado. Desanima e desmotiva o funcionário, sem contar o salário, que é baixíssimo. Mas trabalham, com vontade. Quem entra, na área da saúde, entra porque tem amor mesmo. Amor ao ser humano. É uma pena. Estamos chegando ao final do mandato e a Secretaria de Saúde acertou muito pouco, até agora. Observemos bem. Seja quem for o substituto, que desenvolva um trabalho, real e responsável, em prol dos interesses da população. É o que espero. Um trabalho pelos interesses da população. Deste governo, nada mais espero. Votamos a equiparação salarial dos advogados. É justa. Mas ficamos angustiados, por dentro, porque não é para todos os funcionários. Nem todos os departamentos têm tal oportunidade. A prefeitura não tem dinheiro, nem para comprar copo plástico. A todo tempo, a Secretaria de Finanças diz que não tem dinheiro, para nada, mas vemos casos de interesse acontecendo. Como faz? Mas tivemos coragem. Amanhã, estará nas redes sociais. Mas é esta a gestão, que apoiei, até ontem. Tenho consciência, de que fiz uma escolha errada, mas estou aqui, reconhecendo, que houve muitas falhas nesta administração. Reconheço o erro”, destacou. Como os próximos inscritos, Vereador Ary Augusto Reis de Macedo e Benedito José do Couto, desistissem da palavra, fez uso da mesma o Vereador Cinoê Duzo. “Talvez eu não esteja aqui, amanhã. Inconformado, com este infeliz desgoverno, que quer dar, no máximo, 4% aos funcionários, quando a inflação foi de 11,03%. Fizemos um requerimento, solicitando 15% de aumento aos funcionários, além do índice. Aprovado, pela



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Casa. Não é absurdo. Pois há menos de um mês, os auditores estiveram aqui, sentados nesta Casa, como hoje, aguardando a aprovação de um projeto que, se aprovado, levaria a classe a cem por cento. Sim. E agora, o prefeito tem a cara de pau de oferecer quase 4% aos servidores. E aí? Ele diz que não tem dinheiro. Onde ele mora? Onde mora a família dele? Eu não deixarei, que o povo esqueça o estrago, que ele fez, na cidade. E o Presidente do Sindicato deveria estar aqui, hoje, ontem e na semana passada. Ventilou o aumento? Deveria ser o primeiro a estar aqui. Cadê? Para pedir apoio, ele vem aqui. Viesse até esta tribuna e colocasse. Sabe que teria o nosso apoio. Mas não. Por quê? Os servidores estão por um fio e se cogita greve. Nos corredores, fala-se em greve. Eu, desde o início, citei, que se os funcionários públicos fossem unidos, desde o primeiro momento, no primeiro ano de mandato, que resistissem e fizessem a greve. Mas fui barrado na reunião do prefeito, com o sindicato, barrados Dayane e eu. Reuniu-se com o sindicato. Esperto, o moleque. Que medo é esse? Não haverá sequer a recuperação a inflação. O servidor não consegue comprar mais nada. E a cesta básica está com produtos aquém, na qualidade, e em menor número. Os funcionários estão comentando. Se os funcionários fizerem greve, não será surpresa. Se os funcionários tivessem aderido à greve, naquele primeiro movimento, a situação seria outra, atualmente, repito. Os funcionários estariam em melhores condições. Nas escolas, falta papel higiênico. Alguns departamentos não têm folhas de papel sulfite. Por onde este moleque passa, ele aperta ainda mais o colarinho do servidor público”, relatou. A próxima oradora foi a Vereadora Dayane Amaro Costa. “Tratando da saúde, mais uma vez, o prefeito reafirma sua irresponsabilidade. A exoneração do secretário Dr. Emílio. Eu acho uma total falta de respeito, uma dança das cadeiras. Não se tem um fundamento. Imagino como os funcionários ficam, pois nunca sabem quem será o secretário, qual será a diretriz, que ele irá tomar, e a população fica à mercê. A comissão de investigação de supostas irregularidades, na área da saúde, prosseguirá. Na próxima



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

reunião, teremos o vídeo do Dr. Emílio. Vamos analisá-lo e trabalhar, firmemente, para descobrir as possíveis irregularidades. Saúde é coisa séria e merece nosso respeito. Sobre o assunto trazido pelo Vereador Luís Roberto, realmente, digo que não sei o meu futuro, depois de quinta-feira. Mas vou enfrentar, com o coração tranquilo. Sei que quem está pedindo minha cadeira não é o PDT, mas o próprio Gustavo Stupp, que colocou nove advogados pessoais, na causa. A minha luta não vai parar. Fui eleita, por mil votos. Justiça seja feita”, salientou. O próximo inscrito, Vereador Jorge Setoguchi, desistiu da palavra. O Vereador Laércio Rocha Pires, fez uso da palavra, na sequência. “Vereadores vêm à tribuna e apontam a base. Não tem esta. Vereador, quando quer trabalhar, se base, ou não, ele tem todo direito de peitar o prefeito e reivindicar a melhoria, para a população. Somos todos representantes da população. Muito pelo contrário. Pessoal da oposição, que é bom de peitar o prefeito e descer o tarrafo nele. Temos que peitar, independentemente, de partido. Se é para ajudar a população e o funcionário, temos que peitar sim. Não tem essa de se esconder atrás de alguém. Tem vereador, que não quer ver o próprio passado, mais ruim do que se imagina. Mas fica se colocando, hoje, de Salvador da Pátria. No passado, podia tudo; agora, não. Podia apoiar coisa errada. Engraçado. Mas não estou defendendo o prefeito aqui, não. Temos que ser independentes. O vereador tem que acreditar no seu taco, no seu trabalho. Não denegrir a imagem dos demais. Para esconder o passado, que fizeram errado também. Ora! Foram dezesseis mil pessoas, que acreditaram no prefeito. Eu também acreditei. Uns saíram antes, outros depois. Estamos aí. E ser base aliada não quer dizer ser contra o povo. Não! Sendo base aliada, consegue-se alguma coisinha. Mas o vereador fica dando pancada, porrada, quer aparecer, tira uma foto, xinga o prefeito no Facebook. E quem fica ferrado é a população. O prefeito pega birra e ferra o povo. Se a gente, que é da base, não está conseguindo, vem a oposição dizer que consegue algo? Mentira. Muitos gostam de Promotoria Pública. Mas são tantos processos, em



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

andamento, e até agora, não vingou nada. Nada contra o prefeito. Nada também, contra o procurador jurídico desta casa. Fizeram a denúncia e não se provou nada. Mas bater na tribuna, batem. Legal é intimidar e a pessoa, ela ser julgada e condenada. O resto desconheço. Mas tem um que foi condenado, no passado. Olhem o passado. Mas agora, aparecem como salvadores da pátria. O bonitinho. Mas, no passado, foi julgado e condenado. Hoje, tem uma aqui, que bate e diz. Mas o futuro, acredito que vá ser pior ainda, do que o momento atual. Precisamos de pessoas, que trabalhem e gostem da população. Temos que jogar limpo com a população”, afirmou. O último inscrito, Vereador Leonardo David Zaniboni, desistiu da palavra. Como não houvesse mais oradores inscritos, para falar em “Explicação Pessoal”, e nada mais a ser tratado, o Sr. Presidente, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 22h29, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM